



Prefeitura Municipal de Nova Friburgo  
Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Governo

PROCESSO Nº \_\_\_\_\_  
DATA AUTUAÇÃO: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Fls Nº \_\_\_\_\_ Rubrica \_\_\_\_\_

Processo: 24.289/23

Requerente: Tacom Projetos de bilhetagem Inteligente Ltda.

Assunto: impugnação

À Procuradoria-Geral;

O novo edital de licitação correlato ao Pregão Eletrônico 157/23 - "Bilhetagem Eletrônica", foi publicizado na forma e no prazo legal, decorrente da análise dos pedidos de esclarecimentos e impugnações ofertadas naquela oportunidade, sendo cogente afirmar que fora interposta em desfavor do edital impugnação da empresa requerente.

Neste sentido, em virtude da prestação de serviço contratualizada perante a Fundação Copptec – com interveniência do programa de engenharia da Coppe/UFRJ, a referida impugnação foi discutida com a contratada, porém cingindo-se as impugnações as questões de ordem jurídica, as mesmas foram analisadas à luz das questões jurídico/legais, para a submissão a esta especializada jurídica para manifestação final.

A peça de impugnação da empresa Tacom Projetos de bilhetagem Inteligente Ltda, está alicerçada em sua maioria nos mesmos fundamentos que conduziram a impugnação autuada no processo administrativo 20644/23, portanto, verifica-se que todas as indagações postas naquela oportunidade foram analisadas e respondidas, sendo certo que algumas das indagações foram contempladas, portanto, para fins de resposta segue a transcrição do que fora abordado naquela oportunidade:

**"Processo: 20644/23**

**Requerente: Tacom Projetos de Bilhetagem Inteligente Ltda.**

**Assunto: impugnação**

À Procuradoria-Geral;

O edital de licitação correlato ao Pregão Eletrônico 157/23 - "Bilhetagem Eletrônica", foi publicizado na forma e no prazo legal, sendo cogente afirmar que fora interposta em desfavor do edital impugnação da empresa requerente.

Neste sentido, em virtude da prestação de serviço contratualizada perante a Fundação Copptec – com interveniência do programa de engenharia da Coppe/UFRJ, a referida impugnação foi devidamente encaminhada a contratada para análise e manifestação, que faço juntar nos autos nesta oportunidade, conforme abaixo:

**IMPUGNAÇÃO TACOM PROJETOS DE BILHETAGEM INTELIGENTE LTDA.**

**III INSUFICIÊNCIA NA FORMULAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. ✓**

**"A consultoria técnica entende que deverá ser adicionada a qualificação técnica com relação ao sistema de gestão de frota, para que seja atribuído a prestação de serviço qualidade e eficiência, portanto, o item será alterado para inserção da qualificação técnica**





Prefeitura Municipal de Nova Friburgo  
Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Governo

PROCESSO Nº \_\_\_\_\_  
DATA AUTUAÇÃO: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Fls Nº \_\_\_\_\_ Rubrica \_\_\_\_\_

referente ao sistema de gestão de frota. Contudo, diversamente do que foi verificado para o sistema de gestão de frota, o sistema de CFTV servirá para auditoria dos embarques, não sendo objeto principal do projeto, mas atividade acessória, permanecendo como estipulado no edital.”

#### IV.1 Da ausência de definição do cronograma.

(não houve erro alegado)  
“No que se refere a esta irresignação, constata-se que o edital não contemplou cronograma de fornecimento e implantação dos sistemas, o que é importante para que a execução do serviço seja exitosa e implementada, observando prazos necessários para que o sistema cumpra a integralidade as funções que são correlatas e dependentes entre si, portanto, será inserido no edital o cronograma de fornecimento e implantação do sistema.”

#### IV.2 Da ausência de informações técnicas que definem o objeto. ✓

“Os quantitativos necessários para levantamento de custos foram apresentados no Termo de Referência, desta feita, foram discriminadas as balizas necessárias para que a proposta seja formulada, sendo necessário alterar o edital no que se refere ao cronograma de migração, portanto, assiste razão a empresa impugnante, assim será apresentado processo de migração entre o sistema atual e o novo. Quanto ao impugnado no item 59 (I) NÃO procede, pois não haverá interoperabilidade, portanto, esta exigência será suprimida do edital do SBE. Quanto ao item (ii) importa nas duas funcionalidade, ou seja, operação do sistema de tecnologia da informação e o suporte à operação desse sistema. Quanto ao item (iii) assiste razão à empresa impugnante e as incorreções serão sanadas no novo edital. Quanto ao item 62, assiste razão ainda a empresa impugnante, posto que houve erro material na inclusão de descrição de equipe não prevista, portanto, o edital deverá ser corrigido. Quanto ao alegado no item 63, verifica-se que os quantitativos estão propostos e quanto ao horário de trabalho será corrigido no novo edital. No que se refere aos itens 65 e 66. tem-se que quanto ao subitem (i) o item 2.3.2 do TR equaciona a questão suscitada pela empresa impugnante, em relação ao subitem (ii), o CFTV servirá para auditoria dos embarques, não tendo necessidade de integração com o sistema de gestão de frotas.”

#### IV.3 Da ausência de definição objetiva do regime de execução dos serviços e da demanda para previsão das medições e remunerações da contratada.

“Assiste razão a empresa impugnante, a omissão no edital será resolvida com a publicação do Acordo do Nível de Serviço.” ✓

#### IV.4 Dos vícios materiais e contradições. ✓

Quanto ao item 81, assiste razão a empresa impugnante, portanto, deverá ser retirada a expressão: “que foi realizada vistoria e medição “in loco” de todo o material necessário para compor os itens supracitados”

“Quanto ao item 82, temos as seguintes considerações: ?

I) não há necessidade de reconhecer firma;

II) Valor do lote é global, referente aos 48 meses, portanto, será realizada a correção do item 9.1 do edital.

III) Ocorreu erro material, portanto, o item 9.2 será corrigido.

IV) o que restou identificado para fins de regramento editalício é a vedação de identificação da proposta antes da sessão eletrônica, para manutenção do sigilo, pois esta

*[Handwritten signature]*





Prefeitura Municipal de Nova Friburgo  
Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Governo

PROCESSO Nº \_\_\_\_\_  
DATA AUTUAÇÃO: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Fls Nº \_\_\_\_\_ Rubrica \_\_\_\_\_

municipal de Transporte Coletivo do município de Nova Friburgo/RJ, tendo o Município optado por realizar a licitação por meio de pregão eletrônico.

107. No entanto, ao se analisar o Edital e as especificações técnicas definidas para os bens e serviços ora licitados, verifica-se que a modalidade do pregão não é adequada para o presente caso.

108. Como se sabe, a Lei n. 10.520/2002 instituiu a modalidade do pregão, objetivando garantir à Administração Pública maior celeridade e eficiência em contratações públicas, por meio de um procedimento licitatório mais ágil e simplificado.

109. Nesse sentido, a própria Lei n. 10.520/2002 estabeleceu que a utilização do pregão deve se restringir à aquisição de bens e serviços comuns, não sendo modalidade adequada para bens e serviços complexos. O art. 1º, parágrafo único da Lei n. 10.520/2002 define quais bens e serviços são considerados comuns:

“Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei. Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.”

“Incontroversa a previsão contida no caput do art. 1º da Lei 10.520/02. Segundo a Súmula 257 do TCU:

“Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.”

Por outra feita, nos termos do Acórdão 1.046/2014 – Plenário, ministro Benjamin Zymler, TCU, há que se observar:

“a complexidade do serviço não é o fator decisivo para inseri-lo, ou não, no conceito de ‘serviço comum’, mas sim o domínio do mercado sobre o objeto licitado. Caso apresente características padronizadas (de desempenho e de qualidade) e se encontre disponível, a qualquer tempo, em um mercado próprio, o serviço pode ser classificado como serviço comum [...] ‘bem ou serviço comum’ deve ser entendido como aquele que detém características padronizadas, identificável por denominação usual no mercado. Portanto, a noção de ‘comum’ não está vinculada à estrutura simples de um bem ou de um serviço. Do mesmo modo, a estrutura complexa também não é razão bastante, por si só, para retirar a qualificação de ‘bem ou serviço comum.’”

Neste sentido, há que se observar, que há um mercado próprio; logo, comum ao menos pelo volume de empresas com pedido de esclarecimentos para fins de participação na presente licitação, portanto, o serviço a ser licitado encontra-se disponível, podendo ser licitado através da modalidade pregão, observadas os demais requisitos.”

Com efeito, segue o procedimento para análise jurídica referente a impugnação juntada aos autos.

Nova Friburgo, 10 de agosto de 2023.

Rodrigo de Lima Carvalho  
Subsecretário de Serviços Concedidos  
matr. 62.771”



Prefeitura Municipal de Nova Friburgo  
Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Governo

PROCESSO Nº \_\_\_\_\_  
DATA AUTUAÇÃO: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Fls Nº \_\_\_\_\_ Rubrica

Segue o procedimento para análise jurídica referente a impugnação juntada aos autos.  
Nova Friburgo, 12 de setembro de 2023.

Rodrigo de Lima Carvalho  
Subsecretário de Serviços Concedidos  
matr. 62.771